

# VIVÊNCIAS URBANAS: FESTAS E VIDA COTIDIANA NA VILA DE CAMPANHA DA PRINCESA - MINAS GERAIS (SÉCULO XIX) -

*Patrícia Vargas Lopes de Araújo*<sup>1</sup>

*Como, acontece a todas as povoações que devem a sua fundação a descobertas do ouro ou pedras preciosas, o desenvolvimento da Campanha foi, com efeito, não só relativamente grande, mas extremamente rápido. Assim como, porém, aconteceu a quase todas, ou antes, a todas as povoações de Minas que tiveram uma semelhante origem, a prosperidade da Campanha muito pouco durou. E disto ninguém pode dar hoje melhor testemunho de que eu porque, tendo nascido um pouco mais de século depois que a Campanha se fundou ou foi descoberta, quando cheguei a conhecê-la, ela já tinha então, não só atingido ao apogeu de sua grandeza e da sua riqueza, mas pode-se mesmo dizer, que, trocada a antiga plethora por uma espécie de depauperamento constante e mais ou menos progressivo, já havia muitos anos, que para aquela povoação tinha de fato começado, ainda que mais ou menos lenta, e por isso menos sensível, essa decadência em que mais ou menos se tem sempre conservado, e da qual já muito menos provável é agora que consiga reerguer-se, porque, estando a Campanha pela sua posição topográfica fora do traçado natural das nossas vias férreas, esse elemento tão poderoso de vida que lhe falta, terá agora, sem muito grande utilidade para ela, mas antes à sua custa ou em seu prejuízo, de ir cada vez mais aproveitando a todas as povoações que a cercam e por onde essas estradas já passaram ou tiveram de passar; ela terá por consequência, de ir cada vez mais também perdendo o pouco que ainda lhe resta da sua antiga e tão extensa influencia naquela belíssima zona, caso alguma circunstancia favorável e imprevista, não lhe venha dar na indústria ou em qualquer outro fator das riquezas ou da influência uma nova origem da importância.<sup>2</sup>*

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa. Líder do Grupo de Pesquisa História, Imagens e Sociabilidades, coordenando a linha de pesquisa História, Cidade e Cultura (UFV/ Diretório CNPq) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Instituições, Política e Cultura (UFV/ Diretório CNPq). E-mail: <patricia.lopes@ufv.br>.

<sup>2</sup> REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p. 43 (grifos meus).

Assim se expressou no final do século XIX, Francisco de Paula Ferreira de Rezende, a respeito da cidade de Campanha em suas “*Minhas Recordações*”. Compartilhando dos valores e de um ideário então em voga no final do século, Ferreira de Rezende insere o seu discurso no movimento de mudanças que se processavam, no Brasil e no mundo, nessa época, particularmente quanto às idéias da incorporação do progresso e do avanço técnico. No Brasil, contudo, se mantinham ainda nas últimas décadas do século XIX os padrões tradicionais de ordenamento urbano herdados da época colonial, embora houvesse ocorrido, sobretudo, ao longo da segunda metade deste século a instalação de ferrovias, a transição do trabalho escravo para o livre, imigração, surtos de industrialização.

Relembrando a cidade de sua infância, Ferreira de Rezende, percebia-a como que em descarrilhamento com as mudanças que ocorriam. Tomando como ponto de fuga, por exemplo, a “impossibilidade” da instalação de vias férreas, devido à sua topografia, o que se ressalta então é a decadência e o caráter não sincronizado do tempo entre as mudanças que aconteciam no mundo e a estagnação que verifica em Campanha. Tempo este, agora, em finais do século, muito mais acelerado, que Campanha parecia não seguir.

Nascido em 1832, “menino nos grandes tempos da Regência”, como escreveu Octávio Tarquínio de Sousa, Ferreira de Rezende era filho primogênito de um casal, cujas famílias figuravam entre as mais importantes da vila de Campanha da Princesa. Seu avô paterno, por exemplo, era homem público de grande envergadura, bem como seu pai, liberal convicto, envolvido, e preso por este motivo, na Revolução de 1842, que explodiu na Província de Minas Gerais. Suas reminiscências não são apenas fatos políticos, embora o tom político se sobressaia, mas também relata as “ninharias”, como ele mesmo as chama. Desse modo, de sua narrativa se extraem fatos da vida cotidiana, cerimônias familiares, batizados, festas populares, vestuário, lutas políticas, choques partidários, eleições, a vida na cidade e nas fazendas, os senhores e seus escravos, aspectos do ordenamento urbano da cidade. Ferreira de Rezende foi ainda durante sua vida importante homem público, destacando-se nos cargos que ocupou. Se a decadência era o distintivo de Campanha no momento em que Ferreira de Rezende escrevia suas memórias (1887), no entanto, diz ele, “uma glória que nunca se lhe há de tirar”, é a de que,

*[...] não só durante mais de meio século, ela foi uma das maiores e mais importantes povoações da nossa província; mas ainda e de quase todas as povoações que se foram criando e se estendendo por todo aquele abençoado vale do Sapucaí, ela pela sua grandeza, sua riqueza e sobretudo pelo seu adiantamento moral, tornou-se, de fato, e por muito tempo, o verdadeiro e luminoso lar da civilização de todo aquele canto de Minas, que, hoje, já tão povoado, se prepara para as grandes conquistas do futuro, e que tão cheio de esperança e com toda a justiça, na sua nova geração, já orgulhoso conta, entre seus filhos, além de tantos respeitáveis, José Bento e Honório Hermeto.<sup>3</sup>*

<sup>3</sup> REZENDE, *Minhas recordações...*, p. 49. Refere-se Ferreira de Rezende ao Padre José Bento Leite

Campanha, a mais antiga cidade do Sul de Minas, como outras cidades mineiras, surgiu em decorrência das descobertas auríferas. A área de povoamento mais denso será relativamente pequena, abrangendo a extensão de terra onde localizavam os primeiros achados auríferos, no centro da Capitania. A partir dessa área central surgiram outros núcleos.

As Minas do Rio Verde, descoberta pelos paulistas em 1720, tiveram pouca divulgação até 1737, quando em 02 de outubro, uma expedição militar sob comando do Ouvidor da Vila de São João del-Rei, Cipriano José da Rocha, encontrou um arraial com “muito boas casas”, “um povoado com praças e ruas em boa ordem”, que seria então denominado de Arraial de São Cipriano, em homenagem ao Ouvidor. Mas esta denominação dura pouco, voltando logo depois à designação anterior, Arraial de Santo Antônio da Campanha do Rio Verde. No final do século XVIII (1798), D. Maria I concede o título de Vila ao Distrito, nomeando-o de Vila da Campanha da Princesa.

No começo do século XIX verifica-se um crescimento demográfico expressivo na comarca do Rio das Mortes, sendo as vilas de São João del-Rei, Barbacena e Campanha os principais centros urbanos. Ao longo do século XIX, a vila de Campanha da Princesa tornou-se um dos mais expressivos centros urbanos da Província de Minas Gerais, com ativa participação na vida política provincial, destacando-se também pelas atividades econômicas desenvolvidas, especialmente a agropecuária.

Segundo Ferreira de Resende, no tempo de seu nascimento, o reflexo do poderio e grandeza da Vila de Campanha poderia ser medido pelo fato desta possuir “nada menos do que cinco igrejas” — a igreja Matriz de Santo Antônio, a igreja das Dores, a de São Sebastião, a das Mercês e a do Rosário. A Matriz era “talvez o templo maior” que conheceu. Informa esse autor que “uma dessas cinco igrejas, tendo ameaçado em ruína, em vez de ser reparada foi demolida e nunca mais se levantou”<sup>4</sup>. Em sua perspectiva a religião constituía naquele tempo “o principal objeto da vida do homem” e servia como “um verdadeiro barômetro ou melhor indicador da prosperidade de um lugar qualquer”, traduzidas na riqueza ou nas magnificências “que se ostentavam na celebração das festas religiosas ou na sustentação do culto público”<sup>5</sup>.

De fato, tem razão Ferreira de Resende em apontar tal questão. Nas Minas Gerais, a religiosidade parece ter sido sempre um traço marcante de sua cultura e sociabilidade. As festas, por exemplo, enquanto um ritual público, permitiam tanto reforçar dos laços de solidariedade quanto refletir os valores sociais que pautavam o ordenamento social. Até 1828, quando se alteram as funções das Câmaras através da lei conhecida como “Regimento das Câmaras”, eram estas responsáveis pela realização das festas mais importantes do calendário religioso, além de competir a elas também a organização das festividades em comemoração

---

Ferreira de Melo, nascido na Vila de Campanha em 1785 e a Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, nascido na freguesia de Jacuí, no Termo da Vila de Campanha, em 1801 (grifos meus).

<sup>4</sup> Refere-se ele à Igreja das Mercês, que foi demolida na segunda metade do século XIX.

<sup>5</sup> REZENDE, *Minhas recordações...*, p. 44.

ao nascimento, casamento e exéquias de membros da Família Real, nomeadas como festas reais ou extraordinárias. As irmandades, por sua vez, deviam promover e patrocinar as festas em homenagem ao seu santo de devoção. Novenas, missa cantada<sup>6</sup> e procissão pelas ruas das vilas com santos ricamente paramentados eram realizadas e em diversos momentos essas associações disputavam a primazia pela comemoração de alguns eventos.

A realização de festas era, então, momentos significativos não apenas da expressão de sociabilidades, mas também de todo esforço que mobilizava a organização do espaço físico da vila. Toda a vila se preparava para a realização da festa. A Câmara Municipal determinava que os moradores limpassem as ruas, tapassem os buracos das suas testadas, enfeitassem as ruas, iluminassem e ornamentassem suas casas, muitas vezes sendo utilizadas ricas tapeçarias, sedas e damascos nas janelas, o que permitia aos moradores uma diferenciação uns dos outros e a exteriorização da riqueza. A organização das festas demandava ainda vultosos gastos, como por exemplo, com alfaias, cera, azeite, armação da capela, fogos, músicas, adereços. Ademais, era preciso contratar artífices para a confecção de vestuário, construção e decoração dos andores, armação dos cenários efêmeros, contratação de músicos.

A iluminação da vila é um exemplo precioso da importância e do significado da realização da festa não apenas em termos de um símbolo religioso ou de cumprimento de uma ritualística da vida comum, mas também traduzindo uma preocupação estética e de embelezamento. A iluminação desempenha desse modo, um papel significativo. Em sentido artístico, a iluminação reforçava o princípio barroco de artifício, mobilizando uma diferenciação da vida cotidiana. As luminárias eram colocadas nas fachadas das casas e prédios públicos, iluminando a noite. Como exemplo, podemos citar os festejos pela Aclamação e Coroação de D. João VI, na Vila de Campanha:

*Por bem do Ofício que V. Excia. foi servido de nos dirigir em data de 30 de dezembro de 1816 honrando-nos com a participação da Gloriosa Aclamação de Sua Majestade Fidelíssima El Rei Nosso Senhor determina a solenizar no dia 6 de abril do presente ano [1817], e Ordenando que no mesmo dia fizéssemos nesta Vila as maiores demonstrações de Júbilo, e Festivos aplausos devidos a tão alto e sublime objeto: assim procuramos cumprí-lo com a mais solene ação de graças ao Altíssimo por tão grande felicidade, com assistência de todos Oficiais de Ordenanças luzidamente fardados e do Regimento de Milícias, com as Salvas Reais na conformidade das Ordens. No segundo dia se repetiu o mesmo solene ato dirigido pelo Reverendo Vigário da Igreja por Ordem do Exmo. Prelado de Mariana assistido tão*

---

<sup>6</sup> “A missa cantada era composta por cantos de várias partes: glórias, credo, sanctus, benedictus, agnus, intróito gradual, aleluia, ofertório comunio, epistola, evangelhos, prefacio, Pater Noster, os quais eram cantados pelo padre, ministros, cantores e orquestra”. Cf. ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. “Festas Religiosas”. *Dicionário Histórico das Minas Gerais: Período Colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 144.

*bem todos da mesma forma, e concluindo-se com súplicas aos Céus pela conservação dos Preciosos dias de Sua Majestade e de toda a Real Família. A brilhante Iluminação de todas as Casas nas Noites dos três dias Festivos com instrumental de Música pelas ruas, e os repetidos vivas as S.S. Majestades acompanhados juntamente de Fogos do Ar, e artifício indicavam bem os excessivos contentamentos, e alegria geral que transportava os corações de Vassallos tão amantes e fiéis que para sua satisfação quiseram todos em um tão grande dia que vai fazer Época mais memorável do Reino do Brasil deixar para a posteridade um testemunho constante de seu Amor e Lealdade ao Real Trono [...]*<sup>7</sup>

No “Auto de Reconhecimento e Fiel Vassalagem” que assinam oficiais da Câmara, nobreza e povo há descrição mais detalhada dos festejos ocorridos por Aclamação de D. João VI. Neste documento, informa que o Desembargador José Joaquim Carneiro Miranda e Costa, juiz de fora, presidente da Câmara, na presença dos demais leu em voz alta o ofício do governador da Capitania, D. Manuel de Portugal e Castro, que participava da Aclamação e definia a data para comemoração dos festejos. Além disso, o ofício indicava ainda que se fizesse “Auto Solene de levantamento de Preito e Homenagem conforme Antiguidade da Monarquia”. No dia do festejo deveriam ser feitas todas as demonstrações de “festivos aplausos por tão alto e sublime objeto”.

Nesse sentido e com toda pompa, como determinava a ritualística nessas ocasiões, “saiu a câmara”, ou seja, encaminham-se seus membros, juntamente com a “nobreza incorporada” tributar “Graças ao Onipresente” por este acontecimento. Dirigiram-se ao Largo da Igreja onde já se encontrava postado o Regimento de Milícias e depois de continências ao estandarte das Reais Armas e Coroa Real, o procurador da Câmara saudou: “Viva o Muito Alto e Poderoso Senhor Dom João Augustíssimo e Fidelíssimo Rei do Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves, hoje Gloriosamente Coroadado no Real Trono da Corte do Rio de Janeiro”. A estas palavras, todos deram vivas ao rei, repetidas por três vezes e em seguida a Regimento respondeu com salvas reais.

Em seguida a este ato, as autoridades da Câmara e a nobreza encaminharam-se para a igreja, onde se realizou missa solene com exposição do Santíssimo, “cantada com dois coros de música”. Finda esta parte dos festejos seguiu-se Ação de Graças “cantando *Te Deum Laudamos* com a mesma música, [com] todos os clérigos da Freguesia da Vila, e de outras que foram convocados” para esta solenidade. Novamente o Regimento deu salvas como costume. Com a finalização das atividades na igreja voltaram todos à câmara, onde a sala estava “toda forrada de Damasco Carmesim, com os Reais Retratos de Suas Majestades El Rei Nosso Senhor, e a Rainha Nossa Senhora, debaixo de um rico dossel”, aos quais todos prestaram reverência. Novamente o procurador da Câmara repetiu as aclamações, que todos

---

<sup>7</sup> “SESSÃO de vereança de 24 de abril de 1817. Memórias Municipais – V. Campanha”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n. 1, 1896, p. 567-568 (grifos meus).

repetiram e mais uma vez deram-se salvas. “Serenado o festivo clamor dos vivas”, o procurador dirigiu-se a todos os presentes, fazendo um discurso em que rendia homenagens ao rei e reafirmava a lealdade dos súditos da Vila de Campanha da Princesa. Como parte das festividades, além dos aplausos e da função eclesiástica, foi organizada também curros, “a custa do Reverendo Prelado”, para cavalhadas dos “luzidos cavaleiros por três dias e ainda touros, óperas públicas, danças de todos os ofícios mecânicos e uma noite de “fogos de vistas”<sup>8</sup>.

Muito comum eram os curros, palavra popular que correspondia a uma corrida de touros, provavelmente um círculo em que se corre. Ferreira de Rezende descreve um curro ocorrido na vila em 1840, quando por ocasião dos festejos pela maioridade do imperador. Segundo seu relato:

*[...] o curro e as cavalhadas tiveram lugar no vasto largo das Almas, onde se fez um imenso circo todo cercado de uma arquibancada, em que todos podiam indistintamente se sentar; havendo, porém, por cima desta um ou dois andares de camarotes, dos quais cada família tomava um para si e o mandava enfeitar a sua custa e ao seu gosto. Este circo tinha diversas entradas e junto de uma delas estava um pequeno curral onde se conservavam os touros que deviam ser corridos e que foram todos com grande cuidado e muita antecedência procurados e escolhidos como os que tinham fama de mais investidores ou bravos; e ainda me lembro que eram todos ou quase todos de raça nila; raça essa que então se estava introduzindo na província e que passava por ser tão forte para o serviço quanto era ao mesmo tempo indômita e feroz. À tarde, quando o circo e todos os seus arreadores estavam repletos de povo, que parecia um verdadeiro formigueiro, de repente soltou-se um daqueles touros; o silêncio se fez por toda a parte durante alguns instantes; e todos se puseram a esperar o resultado. Então o toureador ou os toureadores, que parecia ser homens destemidos, aguardaram o touro, tendo na mão esquerda uma pequena bandeira e na direita uma garrocha.<sup>9</sup>*

De modo muito semelhante ocorreram também os festejos pela pacificação de Pernambuco (1817), pelo casamento de D. Pedro (1817) e pelo nascimento da Princesa da Beira, D. Maria da Glória, filha primogênita de D. Pedro e D. Leopoldina (1819)<sup>10</sup>. Em 1816 foram realizadas as Exéquias Fúnebres pela morte da rainha D. Maria I. Embora às exéquias não possam ser descritas como “festivas”, era

<sup>8</sup> “SESSÃO de vereança de 24 de abril de 1817. Memórias Municipais – V. Campanha”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n. 1, 1896, p. 568-571.

<sup>9</sup> REZENDE, *Minhas recordações*, p. 137 (grifos meus).

<sup>10</sup> “SESSÃO de vereança...”, p. 571-577.

um momento solene do qual participavam com circunspeção os moradores da vila. A Câmara da Vila de Campanha, manifestando-se de acordo com o costume, respondia ao ofício do governador da Capitania, nos seguintes termos:

*Ilmo. E Exmo. Senhor [Manuel de Portugal e Castro] —  
Recebemos o Ofício de nove de abril, pelo qual foi V.  
Exa. Servido determinar, que em cumprimento das Reais  
Ordens fizéssemos quanto antes proceder nas Honras  
fúnebres do Estilo, e Reais Exéquias pela Morte da  
Augustíssima Rainha Nossa Senhora de Gloriosa Memória.  
Fizemos logo publicar por todo Termo luto por tempo de  
um ano nos primeiros seis meses rigoroso, e noutros seis  
aliviado. Dispôs-se quanto era preciso para o cumprimento  
das Reais Exéquias a que se procedeu, com maior pompa  
possível segundo o estado do País [...].<sup>11</sup>*

As exéquias eram rituais fúnebres, assinaladas pela pompa e ostentação, cuja finalidade era celebrar a morte do soberano, por meio de missas, ofícios, elogios e a construção de mausoléu. Eminentemente barrocas, as exéquias construíam uma rica e suntuosa arquitetura efêmera, transformando o ritual em um espetáculo fúnebre, que do ponto de vista simbólico ajudava a reafirmar a imagem e o lugar da monarquia portuguesa, bem como o poder do monarca.

Em Minas Gerais, as exéquias reais mais célebres foram realizadas por ocasião da morte de D. João V, entre 1750-1751, tendo início em Lisboa e terminando em Velha Goa, depois de muitos ofícios solenes, missas, procissões e inúmeros mausoléus. Nas exéquias, a imagem do monarca figurava como elemento central do ritual, exibindo concomitantemente o seu caráter humano e divino, tanto corporificado no cadáver sob o qual se chorava e prestava as últimas homenagens, quanto ritualizado na glorificação da monarquia portuguesa, da qual a pompa e magnificência eram atributos políticos. Esses eventos constituíam-se espetáculos de afirmação do poder, firmando nos vassalos a obediência e a fidelidade à instituição régia, cuja perenidade se estendia para além das contingências da vida humana<sup>12</sup>.

Acompanhando tais princípios, realizaram-se as exéquias fúnebres em homenagem a D. Maria I, na vila de Campanha da Princesa, não apenas em cumprimento às ordens oficiais, mas também como demonstração de consternação e fiel vassalagem de seus moradores. Preparou a Câmara todos os meios para se prestar as honras fúnebres pela morte da “Augustíssima Rainha Nossa Senhora”. Rogando “ao Onipresente” fervorosas súplicas em benefício de sua alma, proceder-se-iam as reais exéquias “com todas as cerimônias e decência devida a tão alto objeto”. A notícia, divulgada por todo termo, “foi recebida com o maior sentimento por todos”, que “imediatamente se vestiram de rigoroso luto, em demonstração de pena, e mágoa” causada pela perda de “uma Soberana tão católica e de tantas

<sup>11</sup> “SESSÃO de vereança...”, p. 561.

<sup>12</sup> Cf. ÁVILA, Affonso. “Uma encenação barroca da morte”. *Barroco*, n. 3, Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros, Universidade Federal de Minas Gerais, 1971.

virtudes”. Na igreja do Rosário, por ser na época o maior templo, ergueu-se um mausoléu sustentado por quatro colunas todo coberto de preto

*[...] com suas competentes Banquetas circuladas de galão de ouro, com velas todas de libra, e em cima da Cúpula o Cetro, as Reais Armas e Coroa adornadas de cordões de ouro, e jóias de preciosas pedras que faziam a mais brilhante vista debaixo de um dossel de seda guarnecido de franjas de ouro.*

*Em todos os quatro lado dessa se puseram vários Emblemas tirados da Escritura apropriados às ações Heróicas e as Virtudes da Rainha Nossa Senhora, e nos mesmos lugares abaixo dos Emblemas outros tantos dísticos latinos [...].<sup>13</sup>*

Aos seis dias do mês de maio de 1819, comparecem à Câmara, para as funções das Reais Exéquias, toda a nobreza da vila, os oficiais de Ordenança e Milícias fardados, antigos e atuais vereadores da Câmara, seu presidente em “capas talaes, e chapéus desabados com fumos compridos” e saíram todos em procissão. Abrindo o cortejo, o Procurador da Câmara a cavalo levando “bandeira de luto”; “quebraram-se os escudos nas três praças da Vila” e concluída esta cerimônia, recolheram-se à igreja para se assistir o ofício, cantado pelos padres da vila e de outras freguesias, acompanhados de “coro de música”. Em seguida, procedeu-se a missa e fez-se oração. No final da missa, os padres fizeram as súplicas e os rituais que se praticam nos ofícios fúnebres das pessoas reais. Para concluir, “deram-se as descargas do costume pelo Regimento de Milícias” e em cortejo, saíram da igreja, os oficiais da Câmara acompanhados dos cidadãos em direção à Câmara e, lá chegando, procederam a leitura da Elegia<sup>14</sup>.

Durante a década de vinte do século XIX, entre as festas ocorridas nesta vila podem ser citadas, em particular, as que ocorreram pela Aclamação de D. Pedro. Em sessão de 10 de outubro de 1822, o Livro de Acórdãos registra que os oficiais da Câmara deliberam que seria divulgada por editais, em conformidade ao ofício enviado pela Câmara do Rio de Janeiro, a toda povoação da vila e seu termo, a notícia de que o povo e tropa do Rio de Janeiro se encontravam dispostos a “apressar a Aclamação” de D. Pedro I em Imperador do Brasil. Para que se pudesse festejar com toda a solenidade este acontecimento, ordenava-se que fossem as ruas iluminadas por três dias consecutivos, se tocassem músicas e se marcasse o dia 12 de outubro para se proceder a solene Aclamação do Imperador, “com a cláusula do prévio juramento a Constituição, que fizesse a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil”<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> “SESSÃO de vereança...”, p. 561-562.

<sup>14</sup> “SESSÃO de vereança...”, p. 563-567. Nas páginas 564-567 encontra-se para leitura a Elegia em sua totalidade. A Elegia era um poema em hexâmetro e pentâmetros alternados. Podia ser não apenas fúnebre, mas também festivo, como, por exemplo, o que foi apresentado pela câmara da Vila de Campanha da Princesa em homenagem à Princesa da Beira, quando de seu nascimento. Cf. p. 577.

<sup>15</sup> “SESSÃO de vereança...”, p. 597.

Na mesma sessão é sugerido ao procurador da Câmara pelo Alferes Justino Lopes de Figueiredo, que devido a “tão satisfatória notícia”, se abrisse uma subscrição “para as despesas do Império”, o qual oferecia na ocasião a quantia de dez mil réis. O procurador, o Capitão Francisco de Paula Ferreira<sup>16</sup>, conformando-se à idéia, ofereceu a quantia de cem mil réis. Diante de tal situação, “louvaram” o presidente e os vereadores da câmara seu patriotismo e por se encontrarem “possuídos de iguais sentimentos” ofereciam cem mil réis cada um, José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa, Desembargador Presidente e o Coronel Antônio Bressane Leite, vereador. Os vereadores Joaquim Manoel de Moura Leitão, doze mil réis e o Capitão João de Almeida Ferrão, cinqüenta mil réis. O escrivão da Câmara, Manoel José de Oliveira Cordeiro, dez mil réis. Decidiam ainda que se noticiasse a todos esta decisão “para que dela se utilizassem aqueles, a quem conviesse patentear iguais sentimentos”, ficando encarregado o procurador como Tesoureiro destes donativos, até que fossem remetidos aos cofres públicos, “quando sua Alteza Real se dignasse a aceitar semelhantes ofertas”, o que se realizou conforme consta do ofício do Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda.

Como indicado em sessão de vereança anterior, a doze de outubro de 1822, a “Nobreza, Clero e Povo” da Vila de Campanha aclamaram D. Pedro I por Imperador Constitucional do Brasil, “com a cláusula do juramento prévio,” em conformidade com as instruções da Câmara do Rio de Janeiro, realizando-se missa solene na igreja Matriz, com participação de todos e exposição do Santíssimo Sacramento. A cerimônia terminou com *Te Deum*.

Quanto à cláusula do juramento prévio manifestaram-se em protesto os vereadores da Câmara, em concordância ao ofício do Procurador Geral da Província – Desembargador Agostinho Marques Perdigão Malheiros –, que apontava ser esta cláusula “virulenta, intempestiva e nula”. De acordo com o procurador, sendo a Constituição a “expressão da livre convenção, é a base fundamental da Sociedade entre homens livres; e contendo ela recíprocos deveres entre os chefes do Governo e os súbditos” não se cabia “tolher Sua Majestade Imperial de sua liberdade de aceitar o Contrato Social, ou Lei fundamental, que também o obriga”. Tendo “inadvertidamente” os cidadãos da vila de Campanha assinado a ata, durante os festejos pela Aclamação, com a dita cláusula, solicitava o procurador geral que estes se manifestassem, o que fizeram, fazendo constar em ata a reclamação, com aprovação de todos os presentes ao protesto.

Dez anos mais tarde, por volta de 1833, as Minas Gerais já eram então Província e a vida política havia passado por grandes mudanças, Ferreira de Rezende nos informa que nos tempos das Regências vivia-se “muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico”. Também afirma que se “vivia em uma atmosfera política” em que em casa, desde muito pequeno, o menino aprendia a falar “liberdade e pátria” e logo que aprendia a ler, tomava conhecimento da Constituição política do Império. Exageros a parte, ao que se deve ponderar que este universo correspondia provavelmente a uma parcela da sociedade, o fato é que segundo ele, o cidadão se interessava por todos os aspectos da vida pública, de modo que fossem pequenos

---

<sup>16</sup>Francisco de Paula Ferreira, na época procurador da Câmara, era avô paterno de Francisco de Paula Ferreira Lopes de Rezende, autor do livro *Minhas recordações*.

ou grandes os motivos de comemoração todos logo tratavam “de cantar um *Te Deum* mais ou menos solene e ao qual todos, homens e mulheres, não deixavam de ir assistir; ou que não fosse ocasião para que à noite, se tratasse de por na rua uma bonita *alvorada*, mais ou menos estrondosa”<sup>17</sup>.

Não obstante tratar-se de novos tempos, notamos que determinadas práticas mantinham-se firmemente inseridas a um repertório de elementos festivos herdados dos tempos coloniais. Desse modo, reencontramos na fala de Ferreira de Rezende, a permanência do uso de antigos recursos. A iluminação e a ornamentação das ruas constituíam-se elementos constantes e centrais das festas públicas presentes em momentos festivos desde a colônia. Vale ressaltar que para além da simples descrição do modo como ocorriam os festejos, a narrativa da realização dos festejos nos permite recompor detalhes da organização urbana da vila, bem como a nomeação e a identificação de logradouros.

Segundo Ferreira de Rezende, a manifestação de regozijo “por qualquer ato político ou público” iniciava-se com a iluminação das ruas logo que se escurecia na vila e a iluminação ocorria do seguinte modo:

*Nas casas mais ricas ou de maior luxo, suspendia-se em cada um dos portais de todas as portas e janelas uma lanterna de folha de flandres com vidros e, dentro, uma vela.*

*Em outras casas essa lanterna era substituída por uma espécie de palmatória ou de uma rodela de tábua, que além de ter no seu centro um lugar apropriado para se por a vela, era rodeada por uma meia folha de papel branco, em cuja frente se achavam pintadas as armas imperiais ou simplesmente os ramos de fumo e café; e, dentro deles, dísticos alusivos ou patrióticos.*<sup>18</sup>

A esse respeito diz ele ainda:

*E finalmente na maior parte das casas, e sobretudo nas dos pobres, em vez de lanternas, a iluminação se fazia por meio de umas lamparinas, que se chamava luminárias, e que, parece, era antigamente o único meio de iluminação que se empregava; visto que, na linguagem vulgar, o por luminárias era sinônimo de iluminar-se a povoação; entretanto que essas luminárias nada mais eram do que umas pequenas panelinhas de barro, que, cheias de azeite de mamona e com uma torcida de algodão acesa, eram colocadas em maior ou menor número sobre as vergas de todas as portas e janelas, o que não só de perto mas sobretudo de longe, não deixava de fazer bonita vista.*

<sup>17</sup> REZENDE, *Minhas recordações*, p. 67-68.

<sup>18</sup> REZENDE, *Minhas recordações*, p. 68.

*Fosse, porém, qual fosse o meio de que cada um se servia para iluminar as suas casas, o que é certo, é que nenhuma ficava que não fosse, mais ou menos iluminada; e até em um pequeno ranchinho que ficava quase que dentro do mato, até esse não deixava de por na pequena janela di seu casebre as suas duas pequenas luminárias, que, vistas de longe e mais ou menos agitadas pelo vento, muito se assemelhavam a dois grandes vagalumes a relampaguear no mato.<sup>19</sup>*

Seguindo todo um ritual, além da iluminação fazia parte das comemorações dirigir-se ao Largo da Cadeia, onde na década de trinta do século XIX, se localizava a Casa de Câmara, e a hora marcada ou encontrando-se numerosa assistência, iniciava-se as festividades tendo o juiz de paz<sup>20</sup> no comando, soltava-se fogos e tocava-se músicas, percorria-se as principais ruas da cidade e “de distância em distância, entusiásticos e estrondosos vivas; e dos quais os principais e sempre infalíveis eram – à nossa santa religião, à constituição política do Estado e ao Imperador”.

Era hábito ainda parar em frente de uma casa para dar-se vivas, o que era sinal de consideração e prestígio. Se na casa houvesse senhoras que sabiam cantar, estas se dirigiam para as janelas e a que era “mais desembaraçada” cantava o hino patriótico, que algumas “vezes era ouvido em silêncio pelo povo e outras por ele respondido ou acompanhado [...]”. Algumas vezes podia-se encontrar preparada uma grande mesa com doces, “para a qual sendo convidado, o povo entrava sem a menor distinção, e ali comia e bebia à sua vontade”. Envolvidos nessas comemorações, seguia-se até muito tarde da noite<sup>21</sup>.

Registra ainda Ferreira de Rezende, uma série de festas religiosas, mas com incorporação de aspectos cotidianos, ocorridas na Vila de Campanha da Princesa. A primeira mencionada é a festa do Menino Jesus, realizada na igreja das Dores, todos os anos. A festividade começava no dia 24 de dezembro à meia-noite com a missa do galo. Seguiam-se trezenas até o dia de Reis (6 de janeiro), quando então se realizava missa cantada. E como a festa era feita por esmolas, a exemplo de outras, ocorriam normalmente durante as trezenas leilões dos objetos que os devotos ofereciam, como por exemplo, doces, leitões, frangos, frutas, entre outros. Segundo ele, era uma festa simples, mais muito agradável, pois, sendo poucos os divertimentos naquela época, esta festa possibilitava aos moradores da vila treze noites de reunião do povo. Além disso, segundo informação do autor, quase nenhuma outra festa se fazia naquela igreja.

Na igreja Matriz de Santo Antônio, muitas e de diferentes naturezas eram as festividades que se realizavam. Além das festas estritamente religiosas, se celebravam

<sup>19</sup> REZENDE, *Minhas recordações*, p. 68.

<sup>20</sup> Com a Lei de 1º de outubro, o juiz de fora passou a denominar-se juiz de paz e cabia a este a presidência das câmaras. Assim como o juiz de fora devia ser também um magistrado, corresponde hoje ao juiz de direito.

<sup>21</sup> REZENDE, *Minhas recordações*, p. 69.

as exéquias e todas as comemorações por atos políticos. Para ele, contudo, entre todas as festas a mais notável era a da semana santa<sup>22</sup>. Se nesta igreja se realizavam tantas festas, coisa muito contrária ocorria na igreja de São Sebastião, apenas viu comemorar a festa em homenagem ao próprio santo, “sendo uma festa como outra qualquer”. Ele, no entanto, a apreciava bastante.

Por fim, as festas realizadas na igreja das Mercês era organizada pelos pardos e como na vila existiram “algumas famílias de pardos que dispunham de alguma fortuna, parece então que era realizada com bastante pompa”. Em seu tempo, entretanto, nem sempre a festa se realizava e quando ocorria nada teria de notável. Por outro lado, na igreja matriz havia, segundo ele, um belo altar de Nossa Senhora da Boa Morte, cuja irmandade pertencia aos pardos. A festa que realizavam continha além de novenas, procissão do enterro de Nossa Senhora a 14 de agosto e procissão por sua Assunção no dia seguinte<sup>23</sup>.

De todas as festas a mais alegre era a “festa dos negros”, ou seja, a festa de Nossa Senhora do Rosário ou como era mais conhecida “a subida do Rosário”. Sendo os negros ignorantes, a sua “condição de felicidade” estaria na fé. Argumenta Ferreira de Rezende que não haveria “seres mais felizes” do que os negros, porque embora um ser desgraçado, no fundo eles seriam “realmente felizes”, pois que nascendo naturalmente alegres, “os males da escravidão não são bastante para torná-los tristes”. Desse modo, a festa do Rosário era a mais luxuosa, a mais alegre e divertida, porque era expressão da própria alegria dos negros. Sobre um aspecto que nos interessa bastante, que é o da relação estabelecida entre a realização das festas e seu desenrolar no espaço urbano, Ferreira de Rezende nos informa que:

*O que era propriamente festa de igreja durava pouco e acabava cedo; mas a da rua prolongava-se pela noite adiante até a madrugada; e esta consistia em andarem eles toda a noite a percorrerem ruas e as casas e nelas a dançarem e cantarem. Eram dois os bandos; e entre eles não deixava de haver uma tal ou qual rivalidade; porque se entre pessoas inteiramente iguais essa rivalidade nunca deixa de aparecer, e às vezes de degenerar em ódio e até em ferozes inimizades neste caso para essa rivalidade, dava-se uma circunstância ainda; e vinha a ser; que um dos bandos se compunha exclusivamente de crioulos ou pretos da cidade; entretanto que o outro se compunha dos escravos da Fazenda Barro Alto, aos quais se agregavam alguns de outras fazendas e mesmo alguns da cidade que não podiam ou não queriam fazer parte do primeiro [...].<sup>24</sup>*

<sup>22</sup> Ferreira de Rezende faz extenso relato da festa da semana santa em sua obra. Cf. REZENDE, *Minhas recordações*, p. 188-190.

<sup>23</sup> REZENDE, *Minhas Recordações*, p. 185-187.

<sup>24</sup> REZENDE, *Minhas Recordações ...* p. 191-192.

Os grupos se distinguiam pelas roupas que utilizavam. Os do primeiro vestia-se todos de branco e usavam também um capacete feito com arcos de taquara, também coberto de branco. Todo o vestuário era enfeitado com fitas. Dançavam e tocavam pandeiros com versos que eles mesmos elaboravam. Os do segundo grupo eram “muito mais civilizados”, se vestiam com mais variedade, cantavam e dançavam e ainda faziam uma espécie de dramatização cômica de sua própria existência<sup>25</sup>.

Além das festas religiosas, ocorria na Vila de Campanha da Princesa, informa Ferreira de Rezende, uma espécie de “festa campestre”, realizada em localidade próxima, a três léguas de distância da vila, que se denominava “Árvores Bonitas”. O local era aprazível e rodeado de árvores. A festa acontecia a três de maio. Junto das árvores, que por ali eram abundantes, no alto de um morro, se ergueu uma ermida com invocação de Santa Cruz. No dia da comemoração se fazia missa e para lá acorria a “cidade, quase que inteira” deslocando-se alguns a cavalo e a maioria a pé. A “festa pode-se dizer que não passava daquela imensa reunião de povo, e desses divertimentos que são próprios dessas reuniões”<sup>26</sup>.

Entre as festejos não religiosos destacavam-se também os bailes. No sul de Minas organizavam-se bailes em apenas duas vilas – Campanha da Princesa e Pouso Alegre. Estes bailes eram bastante concorridos e neles se dançavam, entre outras, o ril e o miudinho. Nos “bailes mais modernos” dançava-se gavota, seguia-se uma contradança inglesa. Podia-se dançar também uma contradança espanhola. No intervalo das contradanças tinha lugar a valsa. Nos bailes oferecidos pelo avô de Ferreira de Rezende tocava-se ainda piano e cantava-se árias e modas. Os negros, por sua vez, divertiam-se dançando jongo, caxambu e batuques. Era o batuque uma dança proibida, considerada lúbrica e indecente.

Batuque era um nome genérico para se referir as danças, músicas e tambores dos negros, nem sempre de caráter religioso. Não raro, a palavra era utilizada como sinônimo de lundus, sambas, caxambu. Normalmente, é descrito como reunião de negros – escravos, africanos ou libertos – em diversas ocasiões, podendo se realizar tanto na periferia das cidades, quanto em suas áreas centrais, e nas fazendas. Os relatos sobre os batuques ressaltam a sua licenciosidade, a imoralidade e o caráter selvagem devido ao movimento dos quadris e uso de instrumentos de percussão e ritmos africanos. Estes relatos indicam também que as reuniões eram propícias para bebedeiras e crimes, como representavam também momentos de ociosidade e desperdício de trabalho, especialmente dos escravos. Podiam ser ainda ponto de encontro de revoltosos. Dependendo das circunstâncias, as reuniões eram momentos de relaxamento, de distração e lazer, de constituição de redes de afetividade e solidariedade, celebração de identidades étnicas, como podiam ser momentos de planejamento de revoltas<sup>27</sup>.

Quanto a estes festejos, diz Ferreira de Rezende que ele nunca chegou a ver um verdadeiro, mas que muitas vezes ouviu descrições. Narra, por outro lado, sua participação em um divertimento chamado “batuquinho”, espécie de adaptação

<sup>25</sup> REZENDE, *Minhas Recordações* ... p. 192-193.

<sup>26</sup> REZENDE, *Minhas Recordações* ... p. 193.

<sup>27</sup> Ver: ABREU, Martha. *O império do divino*. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

mais palatável do festejo original.

*O batuquinho é dele [batuque] uma decente imagem ou uma inocente miniatura, uma dança que se costuma chamar – o batuquinho –; e que uma vez em uma festa de roça que teve lugar, senão me engano, por ocasião da formatura do atual desembargador João Bráulio Moinhos de Vilhena, não só vi dançar mais até nela tomei parte. E eis aqui o que era o batuquinho: Tocada a música que, seja dito de passagem, é de tal natureza, que desperta desejo de dançar ainda mesmo àqueles que não se sentem, como eu, o menor prazer em um semelhante divertimento; e que parece por fogo nas veias dos que são a ele inclinados; uma pessoa vai para o meio da sala, e puxando a fieira e fazendo todos os requebros e desembaraçados ademantes que a decência lhe permita, vai afinal curvar-se ou ajoelhar-se diante de uma pessoa do outro sexo que é obrigada então a sair e a ir por sua vez fazer a mesma coisa.<sup>28</sup>*

Sobre as festas e divertimentos ocorridos no começo de século XIX, na Vila de Campanha da Princesa, concluía Ferreira de Rezende:

*Já o leitor conhece quais eram os divertimentos com que antigamente a nossa população se entretinha, tanto no campo como na cidade; e esses divertimentos pode-se dizer que eram os seguintes: as festas nacionais (...), as festas religiosas que eram aquelas de que principalmente então se preocupava; e finalmente o canto e a dança, que para algumas classes pelo menos em que a sociedade então se dividia, constituíam um dos maiores mananciais de prazer. Nem eu creio que fora destes divertimentos e de alguns outros que são muito comuns como a caçada por exemplo, ouros então houvesse; porque o teatro que é hoje uma das grandes distrações mais vulgares da população das cidades não existia então em parte alguma a não ser apenas na capital da província; e até as companhias de funâmbulos, de cavalinhos e outras que hoje vivem as se cruzarem por toda parte, naquele tempo era coisa que nem sequer se conhecia [...].<sup>29</sup>*

Muitas foram as festas ocorridas no Brasil. A vida cultural brasileira foi, desde a Colônia, bastante movimentada e as comemorações festivas marcaram sensivelmente o contato entre as pessoas. As festas organizavam o calendário social e permitiam que o distanciamento que envolvia as pessoas fosse rompido. Isso não

---

<sup>28</sup> REZENDE, *Minhas recordações*, p. 197.

<sup>29</sup> REZENDE, *Minhas recordações*, p. 205.

significava, especialmente nas festas públicas e religiosas, que a hierarquia e o lugar social que cada um ocupava fossem desconsiderados. As comemorações festivas eram momentos propícios para que os laços comunitários, a sociabilidade e a solidariedade se manifestassem, assim como era também uma época privilegiada para a difusão de idéias com claro apelo político.

A festa, contudo, não possui um único sentido e uma só direção. Visa muito mais que garantir a unidade de uma sociedade ou uma forma pela qual determinados segmentos se utilizam para atingir seus objetivos. Ela possui uma multiplicidade de usos, de sentidos e intenções. É também um momento diferenciado, de um espaço e de um tempo diferentes do cotidiano. Tempo de criação, no qual as pessoas que dela participam constroem significados para seu viver e agir em sociedade.

Os dias de festejar não são dias comuns. É um tempo especial de se celebrar. Um momento em que a vida pública tem prioridade em relação à vida e aos afazeres privados. Por ser criação humana, a atividade festiva revela-se um “campo de possibilidades” que os indivíduos constroem em seu cotidiano para “sonhar e construir esperanças”<sup>30</sup>. A realização da festa é acompanhada de um sentimento de tensão e de alegria, bem como da consciência de ser diferente da “vida cotidiana”. Contudo, a consciência de ser diferente da vida cotidiana não significa que a festa represente necessariamente uma subversão das regras sociais. Durante a festa as diferenças não são apagadas, embora possam, em certas circunstâncias, se apresentar mais matizadas.

Sobre a importância adquirida pela Vila de Campanha da Princesa no século XIX, a narrativa de Spix e Martius, quando da viagem que fizeram estes naturalistas pelo interior do Brasil é significativa:

*A Vila da Campanha, ou, mais propriamente, Vila da Princesa da Beira, que alcançamos cedo (...) está situada sobre o alto de um outeiro, e é, depois da Vila de São João D’El-Rei, a mais importante e populosa da comarca do Rio das Mortes. As minas de ouro, que, em parte só há poucos anos, foram abertas na vizinhança, incluem-se entre as mais ricas das atualmente exploradas, e deram grande opulência aos habitantes, entre os quais travamos relações com o capitão-mor, um compatriota nosso, o irmão do Sr. Stockler, Governador das Ilhas dos Açores.*

Quanto aos costumes, contudo, a riqueza levaria, segundo Spix e Martius, a degeneração dos habitantes. Para eles:

*Com a riqueza e o comércio, porém, parece-nos que o luxo e a corrupção dos costumes andam de par. Como médicos, tivemos, sobretudo, oportunidade de observar a incrível difusão da sífilis e as suas incalculáveis conseqüências*

---

<sup>30</sup> CHAMON, Carla Simone. *Festejos imperiais: festas cívicas em Minas Gerais, 1815/1845*. Bragança Paulista: editora da universidade São Francisco, 2002.

*funestas no físico e no moral dos habitantes. Não só a generalização do contágio vai reduzindo consideravelmente a população, mas também o despudor, que dela se apossa abertamente, ofende o sentimento moral, além de lesar sobretudo os direitos do sexo feminino, ao qual não é permitido exercer influência sobre o modo de pensar dos homens, nem sobre a consolidação da felicidade conjugal. Estas tristes condições, que são a mancha mais sombria na pintura do caráter do brasileiro, ainda mais se agravam pelo grande número de escravos negros e concubinas (mulheres de cama), papelão qual sobretudo mestiços de ambas as raças se aviltam. Como trabalho manual da lavagem do ouro é exclusivamente executado pelos escravos negros, a perversão dos brancos recusa como desonroso qualquer serviço, mesmo o da lavoura e criação de gado. São tantos aqui ociosos que se costuma chamá-los como a uma classe própria: a dos vadios. Aqui, portanto, observa o viajante, ao lado da maior opulência, os mais tristes quadros da miséria humana, da indigência e da depravação. Os habitantes, cujas necessidades o solo, embora rico e fértil, não satisfaz, estão sempre, por isso, descontentes, comparando a sua região com a das comarcas de Minas mais ao norte, para ali mandando os estrangeiros, como para o verdadeiro Eldorado, onde, com gozo de maior abundância, já encontrariam os costumes europeus, cultura e espírito e prazeres da vida, enquanto eles mesmos estavam muito desfavorecidos.*<sup>31</sup>

Se muitas vezes o território é apontado como banhado por solos férteis e paisagem magnífica, os costumes e comportamentos eram, não raros, descritos de modo pouco favorável. Além dos aspectos de degeneração, a idéia de ociosidade e de certa incapacidade produtiva. Voltemos ao relato de Spix e Martius para observar ainda um ponto: “São tantos aqui ociosos que se costuma chamá-los como a uma classe própria: a dos vadios”. A população marginalizada da população que usufruía, em parte, dos benefícios advindos com a diversificação e o crescimento da economia era definida como composta por “vadios”, compreendidos como homens e mulheres livres, sem ocupação fixa e sem ofício que perambulavam pelas vilas e cidades.

Frente a esta situação as autoridades das cidades e vilas tornam-se mais atentas à publicação de uma legislação normativa dos costumes. No âmbito provincial evidencia-se uma preocupação não menos presente com relação à constituição de práticas administrativas racionalizadoras, voltadas para o controle da população.

Nesse sentido, houve, por exemplo, iniciativas voltadas para o estabelecimento

---

<sup>31</sup> MARTIUS, Karl F. P. Von & SPIX Johann B. Von. *Viagem pelo Brasil - 1817-1820*. São Paulo; Belo Horizonte: EDUSP; Itatiaia, 1976, p. 163.

de mecanismos de identificação da sociedade mineira do século XIX. Um desses mecanismos era o mapeamento do território, embora este contasse com imensas dificuldades de realização. Exemplo é a “Memória sobre o município da Campanha” escrita em cumprimento ao ofício de 23 de junho de 1825 no qual “ordenava” o Conselho Geral da Província que se apresentasse uma descrição detalhada do termo da Vila de Campanha, a partir de alguns quesitos determinados por aquele Conselho, como: extensão do termo e descrição de paróquias e distritos, informações sobre sesmarias e posses, pleitos sobre medição, terrenos férteis, importação e exportação de mantimentos, naturalização de plantas exóticas, espécie de animais que se criam, existência de prados artificiais, a existência de engenhos e fábricas, “se há progressos ou decadências, e causas”, o estado das estradas, rios navegáveis, obstáculos ao comércio, enfermidades, se há casamentos, expostos, estado da instrução pública.

Anexo a Memória, um mapa das freguesias do Termo, com indicação da numeração, sexo e moradores das mesmas. E ainda um mapa dos mendigos residentes no termo<sup>32</sup>. Em 1829, mantinha-se a preocupação. Em sessão da Câmara de 05 de março comunicava o cidadão Ignácio Gomes Midões a eleição que ocorreu para “formar uma estatística da população de todo Termo” e que ele se correspondesse com os juizes de paz e outras autoridades, bem como recolhesse documentos para este fim<sup>33</sup>.

No entanto, não obstante “todos os esforços, muitos territórios permaneciam como espaços sem lei, em que a visibilidade e o mapeamento não lograram penetrar”<sup>34</sup>. Territórios impenetráveis, nos quais a autoridade dos potentados prevalecia sobre a do Estado. Não apenas os territórios tornavam-se alvo de ações das autoridades provinciais, mas também sua população. Constituíam-se então práticas de governamentalidade na qual a população apareceria como um problema a ser resolvido.

Grande esforço seria empregado com ações voltadas para melhorar a vida, a riqueza e a saúde das pessoas, de forma que prevalecesse a perspectiva de um governo “com regras racionais próprias” que impusesse sua autoridade, frente à ação de grupos privativos como, por exemplo, a família. Interessante é notar a preocupação das autoridades provinciais com o controle e a punição da vadiagem e particularmente a atenção para com os costumes. Nesse sentido, foi constante a existência de discursos civilizadores emitidos pelas autoridades provinciais.

As festas, por exemplo, passaram a ser mais observadas e vigiadas, particularmente aquelas das quais participava a população livre pobre e a escrava. O batuque, por exemplo, descrito por Ferreira de Rezende como indecoroso e indecente torna-se alvo de controle. Em Minas Gerais, em diversas localidades, eram proibidos os ajuntamentos de homens e mulheres para batuques. No entanto, mediante autorização da Câmara podiam ser realizados à noite, em

---

<sup>32</sup> “SESSÃO de vereança...”, p. 633-640.

<sup>33</sup> Centro de Estudos Monsenhor Lefort. Biblioteca Pública de Campanha. Deliberações da Câmara Municipal de Campanha. (1829-1830). Livro 05.

<sup>34</sup> DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, p. 50.

locais públicos. Quanto às festas religiosas, não obstante serem percebidas por grupos mais intelectualizados das elites urbanas como expressão do catolicismo e da tradição portuguesa, também se tornaram objeto de vigilância, especialmente as patrocinadas pelas irmandades, devendo estas também pedir licença, que se manifestaria em função da civilização, da ordem e moral pública, permitindo ou não a realização da festa.

Delimita-se assim uma preocupação em ordenar e “disciplinar” a vila e sua população. Este ordenamento implicava tanto o controle das pessoas por diversos mecanismos, quanto incentivar e promover mudanças em suas condutas individuais e sociais, a partir do controle e das mudanças nos costumes, a racionalização dos comportamentos e na funcionalidade das relações pessoais e afetivas. O espaço urbano tornava-se foco de uma efetiva regulamentação que procurava controlar dos grandes aos pequenos detalhes da vida social e do cotidiano das pessoas, bem como regulamentar o espaço que elas habitam.



## RESUMO

Este artigo discute questões relacionadas à vivência urbana e à vida cotidiana a partir da análise dos festejos públicos ocorridos na Vila de Campanha da Princesa, em Minas Gerais, na primeira metade do século XIX. Busca-se refletir sobre as relações de sociabilidades estabelecidas entre os grupos sociais, a preocupação com o ordenamento urbano e as ações políticas estabelecidas por meio da Câmara Municipal. A Vila de Campanha da Princesa, a mais antiga do sul de Minas Gerais, como outras cidades mineiras, surgiu em decorrência das descobertas auríferas. Elevada a vila em 1798, por alvará da rainha D. Maria I, tornou-se um dos núcleos urbanos mais expressivos do século XIX, destacando-se pela participação de sua elite na vida política do Império brasileiro, bem como por significativa inserção econômica local e regional, uma vez que se encontrava localizada em região estratégica entre São Paulo e Rio de Janeiro, constituindo-se como fonte abastecedora dessas praças e do interior da província mineira. Dessa maneira, torna-se relevante entender como as práticas festivas permitem compreender o modo de vida urbano, bem como as diretrizes políticas vinculativas a um projeto político de construção da Nação e da identidade nacional.

**Palavras Chave:** Vivências Urbanas; Vila de Campanha da Princesa; Festejos Públicos.

Artigo recebido em 06 set. 2012.

Aprovado em 17 nov. 2012.

## ABSTRACT

This article discusses issues related to urban life and everyday life from the analysis of the public celebrations occurring in the Village of Campaign Princess, in Minas Gerais, in the first half of the nineteenth century. We seek to reflect on the relations of sociability established between social groups, the concern with urban planning policies and actions established by the City Council. Campanha da Princesa small town, the oldest in southern Minas Gerais, like other mining towns, emerged as a result of auriferous discoveries. High village in 1798, by a Queen Mary I's decree, became one of the most significant urban centers of the nineteenth century, noted for its participation in the political elite of the Brazilian Empire, as well as significant local and regional economic integration, since it was located in a strategic region between São Paulo and Rio de Janeiro, making source supplying these squares and of the province of Minas Gerais. Thus, it becomes important to understand how the practices festive allow understanding the urban lifestyles, as well as policy guidelines binding to a political project of nation-building and national identity.

**Keywords:** Urban Experiences; Campanha da Princesa Small Town; Public Celebrations.